



E_COM10XVI/2024/1

Exmo. Senhor,
Deputado Eurico Brilhante Dias
Presidente da Comissão Parlamentar de Trabalho,
Segurança Social e Inclusão

Lisboa, 29 de abril de 2024

Assunto: Audições com carácter de urgência

Exmo. Senhor Presidente,

A 22 de outubro de 2019, por ofício exarado pelo então Provedor, Eduardo Martinho, teve início o processo de internacionalização dos jogos sociais explorados pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML). De acordo com informação veiculada pela revista *Visão* na edição publicada a 21 de março de 2024, o referido plano de internacionalização identificava os mercados angolano e brasileiro como “principais alvos” da operação, a qual surgia no âmbito um grupo de trabalho interno, designado por Projeto 5.30, que tinha entre as suas incumbências perspetivar a sustentabilidade financeira da SCML a dez (10) e a vinte (20) anos.

Segundo a mesma notícia, à data, tanto o Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, José Vieira da Silva, como o Secretário de Estado da Internacionalização, Eurico Brilhante Dias, terão sido informados dos contactos tidos pelo Provedor da SCML para materializar o plano gizado, tendo o primeiro recebido um memorando acerca do quadro global da internacionalização do negócio dos jogos sociais.

Com o início de funções do XXIII Governo Constitucional, o Provedor da SCML terá obtido anuência da nova Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho,



para a constituição de uma sociedade detida pela SCML, que viria a denominar-se Santa Casa Global (SCG), que teria a seu cargo a exploração dos jogos em diversos países, tendo a governante decidido, por despacho datado de 9 de junho de 2021, que as receitas da SCG seriam “integralmente afetas aos fins e âmbito estatutários” da SCML. De igual modo, estabeleceu que “posteriores investimentos” deveriam “ser sujeitos a autorização da tutela” governamental.

Desde então, o antigo Provedor da SCML e a anterior Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social têm apresentado versões contraditórias sobre as operações no estrangeiro. A 9 de janeiro de 2024, numa audição parlamentar na Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, Ana Mendes Godinho negou que lhe tivesse sido fornecida informação “concreta” acerca das operações realizadas pela SCG ou sobre os montantes aplicados nessas operações, apesar de a 11 de dezembro de 2023, o jornal *Público* ter noticiado que Edmundo Martinho, a 14 de junho de 2021, endereçara um e-mail à então Ministra no qual “dava nota de terem iniciado um processo de identificação das diferentes oportunidades de negócio”, nomeadamente a “entrada no mercado do Brasil”, que implicava uma “parceria com uma empresa local”, com “experiência comprovada no mercado do jogo”.

Ana Mendes Godinho assegurou não ter tido mais informação da *due diligence* efetuada e alegou que só mais tarde teve conhecimento de que, em setembro de 2021, a SCG adquirira 55% da MCE, Empreendimentos e Participações (empresa que venceu o concurso para explorar a lotaria no estado do Rio de Janeiro e cujos sócios, segundo órgãos de comunicação social do Brasil, estariam a ser investigados por suspeitas de fraude).

Desde então, de acordo com diversas notícias vindas a público nos últimos meses, foram realizadas várias operações relacionadas com a expansão internacional dos jogos Santa Casa, superiores aos cinco milhões de euros para a constituição da SCG que Ana Mendes Godinho confirmou ter autorizado - desde logo a aquisição da participação na MCE por 16,5 milhões de euros, assim como duas prestações suplementares de capital (que totalizaram 18 milhões de euros) e ainda a emissão de garantias por parte da SCML para que a SCG pudesse financiar-se junto da banca. As perdas da SCML por exposição a investimentos sem retorno da SCG ascenderão, à presente data, a cerca de 50 milhões de euros.



Em maio de 2023, Ana Jorge tomou posse como Provedora da SCML e, em face de comunicações de instituições bancárias decorrentes das dificuldades que os negócios no Brasil suscitaram, determinou, em agosto do mesmo ano, a realização de uma auditoria forense à SCG, para a qual foi contratada a empresa BDO. Acresce a esse facto que, em fevereiro de 2024, a própria SCML remeteu ao Ministério Público dados que considerou relevantes acerca da operação na América do Sul, na sequência de os jornais *Público* e *Observador* terem revelado que os resultados preliminares da auditoria apontavam para ilícitos e indícios de crime económico nos negócios da instituição no Brasil, imputando responsabilidades ao anterior Provedor Edmundo Martinho.

Por sua vez, numa nota endereçada à agência Lusa a 21 de fevereiro de 2024, Edmundo Martinho acusou a atual administração da SCML de desmentir as alegadas “irregularidades” no projeto de internacionalização da instituição, referindo que a equipa de Ana Jorge terá agido com “profunda má-fé” e com vontade de “diminuir” e “denegrir” o trabalho de quem a antecedeu. O ex-Provedor reiterou que Ana Mendes Godinho teve “informação detalhada sobre o projeto” de internacionalização da exploração dos jogos, ao qual deu “total concordância”, tendo sido “em permanência, e por escrito, informada dos investimentos concretizados e das aquisições realizadas”.

Em novembro de 2023, os gestores da SCG, o próprio Edmundo Martinho, Francisco Pessoa e Costa e Ricardo Gonçalves, foram destituídos por, presumivelmente, não terem aferido da idoneidade dos parceiros no Brasil, tese que antigo administrador Ricardo Gonçalves contestou judicialmente, tendo como base diferentes certidões enviadas aos antigos Provedor e Vice-Provedor por Francisco Pessoa e Costa, assim como à antiga Administradora da SCML Ana Vitória Azevedo, que tinha o pelouro do jogo internacional.

Mais recentemente, no final de março, também Ana Vitória Azevedo apresentou a demissão. Na carta em que formalizou a decisão, dirigida a Ana Mendes Godinho (que a tinha nomeado para o referido cargo), citada pelo jornal *Público* a 9 de abril de 2024, recusou ter responsabilidades pelo insucesso do projeto de internacionalização da exploração do jogo: “Todo o planeamento já estava feito, designadamente os mercados onde se considerava investir, as empresas que se pretendiam



constituir e os montantes necessários para tal.” Dirigindo-se à então Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social para vincar as suas “dúvidas, reserva e divergências não só quanto à estratégia relativa ao projeto de internacionalização do jogo, mas quanto a várias opções de gestão tomadas”, escreveu: “Tão pouco participei nos pressupostos que estiveram na base do montante de investimento de 50 milhões inscrito no Plano de Actividades e Orçamento da SCML de 2020, aprovado por Vossa Excelência, para o desenvolvimento do referido projecto.”

Igualmente importante é o trecho da carta de demissão no qual Ana Vitória Azevedo realça os problemas que “concorreram para a aceleração da degradação financeira da SCML, nomeadamente os vários investimentos que, por razões de ordem política, a Santa Casa se viu obrigada a fazer, designadamente a Fundação Ricardo Espírito Santo, Hospital da Cruz Vermelha Portuguesa e Clínica Oriental de Chelas”.

Além dos acontecimentos supra mencionados, notícias de segunda-feira, 29 de abril de 2024, deram conta da decisão da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Maria do Rosário Palma Ramalho, de exonerar toda a Mesa da SCML, incluindo a sua atual Provedora, alegadamente pela recusa de apresentação de um plano de reestruturação para a instituição, que tinha sido solicitado pela tutela a 12 de abril de 2024.

Desta forma, revela-se igualmente urgente que sejam prestados todos os esclarecimentos quanto às razões que presidiram a esta decisão governamental, bem como que sejam prestadas à Assembleia da República todas as informações relativas à situação financeira da SCML, em particular pela sua exposição à SCG. De igual modo, urge conhecer a visão do Governo para a SCML e se essa visão, na ótica da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, deverá ter tradução no referido plano de reestruturação.

Considerando que a SCML é uma pessoa coletiva de direito privado e utilidade pública administrativa, nos termos dos respetivos Estatutos, com tutela exercida pelo membro do Governo que superintende a área da Segurança Social, é da maior relevância que sejam prestados à Assembleia da República e aos portugueses todos os esclarecimentos sobre a internacionalização dos jogos Santa Casa, o papel de cada um dos intervenientes nesse processo e que sejam apuradas



responsabilidades pelas perdas financeiras provocadas na SCML devido à operação da SCG, assim como as eventuais motivações e interferências políticas no conjunto de acontecimentos acima descritos.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar da Iniciativa Liberal, vem pelo presente requerimento solicitar, com carácter de urgência, a audição, das seguintes personalidades:

- Ana Mendes Godinho, ex-Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;
- Eurico Brilhante Dias, ex-Secretário de Estado da Internacionalização;
- Ana Jorge, Provedora demissionária da SCML;
- Edmundo Martinho, ex-Provedor da SCML;
- Ana Vitória Azevedo, ex-Vice-Provedora da SCML;
- Ricardo Gonçalves, ex-Administrador da SCG;
- Francisco Pessoa e Costa, ex-Administrador da SCG.
- Maria do Rosário Palma Ramalho, Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Os Deputados da Iniciativa Liberal,

Joana Cordeiro

Mário Amorim Lopes

Bernardo Blanco

Carlos Guimarães Pinto

Mariana Leitão

Patrícia Gilvaz

Rodrigo Saraiva

Rui Rocha